

39 (679, 9)

Enhot-30

Eng. J-30

39
Mas

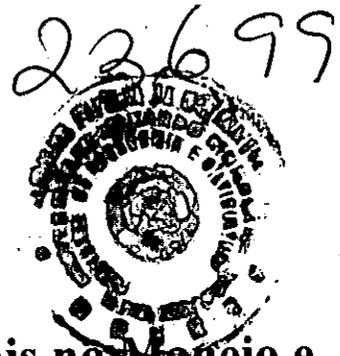


UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

PROJECTO FINAL



Influência de Mitos e Regras Tradicionais no Maneio e

Conservação de Recursos Naturais

Estudo de caso de Goba

Supervisor:

Engº Samuel J. Soto

Discente:

Massango, Inocêncio Carlos José

Maputo, Outubro de 2006

Massango

DEDICATÓRIA

Aos meus pais **David Elija** e **Mara José** que de um modo incondicional incentivaram-me e apoiaram me sempre durante os meus estudos.

Aos meus irmãos Carlos, Relina, Paulino, Ana, e ao meu falecido amigo Viriato Mauele.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a **Deus** pela saúde e força que nunca me deixou faltar.

O meu agradecimento especial vai para meu Supervisor Eng^o Samuel João Soto pela orientação na realização do projecto e ao Prof. Doutor Adolfo Bila pelo acompanhamento durante a preparação do projecto final (PPF) e do projecto final (PF).

Aos professores da FAEF que durante o curso tudo fizeram para o sucesso e qualidade da minha formação.

A minha companheira inseparável **Adélia Uache** pelo apoio moral, amor e carinho que me tem prestado ao longo deste tempo.

Aos meus amigos Etson B., Dília U., Alair U., Feliciano, Silvia e David pelo carinho e amizade.

Aos meus colegas David L., Narcísio B., Clemência C., Massinga e todos outros que sempre apoiaram-me durante os anos da minha formação.

Os meus agradecimentos estendem-se a todos que directa ou indirectamente colaboraram e apoiaram-me na elaboração do projecto.

INDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
INDÍCE	III
RESUMO	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	V
LISTA DE TABELAS, FIGURAS E ANEXOS	VI
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ANTECEDENTES	1
1.2 PROBLEMA DE ESTUDO	2
2. OBJECTIVO DE ESTUDO	3
2.1 GERAL	3
2.2 ESPECIFICOS	3
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
3.1 MANEIO E CONSERVAÇÃO	4
3.2 PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS	6
3.3 MITOS, LENDAS E REGRAS TRADICIONAIS	6
4. MATERIAIS E METODOS	11
4.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	11
4.2 METODOLOGIA	18
4.3 METODOS	19
5. RESULTADOS E DISCUSSAO	21
5.1 PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES EM GOBA	21
5.2 PRINCIPAIS UTILIZADORES DOS RECURSOS	23
5.3 PRINCIPAIS MITOS E REGRAS TRADICIONAIS	24
5.4 GESTÃO E MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS EM GOBA	28
5.5 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CRENÇA E CUMPRIMENTO DOS MITOS E REGRAS TRADICIONAIS	34
5.6 DEFINIÇÃO E CONTROLE DAS REGRAS/NORMAS TRADICIONAIS	37
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
6.1 CONCLUSÕES	39
6.2 RECOMMENDAÇÕES	40
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	41
8. ANEXOS	44

RESUMO

“O esforço para o desenvolvimento rural poderá fracassar se não tomar-se em conta a outra dimensão da vida das comunidades” (Brouwer, *et al*, 1998). Nesta ordem de ideia e com o objectivo de analisar a influência dos mitos e regras tradicionais no manejo e conservação dos recursos, foi realizado um estudo de caso em Goba, Distrito de Namaacha. Tal consistiu no levantamento dos principais recursos naturais, dos mitos e regras tradicionais de um modo geral e a posterior selecção e análise dos mitos e regras, que estão directamente relacionados com o manejo e conservação dos recursos naturais.

Para o alcance efectivo do objectivo usou-se um guião de entrevistas semi-estruturadas. A definição do tamanho da amostra foi baseada em Case (1990), que sugere 50 amostras para uma população igual ou superior a 500, e para a análise dos dados, estes foram organizados em gráficos e tabelas de frequência, através do pacote SPSS.

O conhecimento dos mitos e regras tradicionais faz parte da vida quotidiana dos homens, definindo e regulando o seu comportamento e posição perante os recursos naturais e não só. Goba não foge a regra, e tal como em outros locais, este conhecimento está na posse dos mais velhos que através da tradição oral passam-no de geração em geração a determinadas classes etárias de acordo com a tradição local. Os mitos e regras tradicionais são de conhecimento da população, e esta em geral cumpre-as

A terra (usada para a agricultura), florestas, rios e lagoas e pedras, são os principais recursos naturais desta região, e na sua maioria são geridos com base em princípios e leis tradicionais sustentadas por mitos e tabús. A terra é o recurso natural que sofre maior influência destes mitos e regras tradicionais. Os restantes recursos também sofrem influências destas regras no que concerne ao seu uso e exploração. O resultado da maioria dos mitos e regras tradicionais relacionados com os recursos naturais é a preservação e/ou conservação das plantas, animais e a proibição de queimadas descontroladas, nas áreas onde incidem estas regras e mitos. Contudo estas não prevê o uso dos recursos.

LISTA DE ABREVIATURAS

DEF – Departamento de Engenharia Florestal

DPA – Direcção provincial de águas

DPAP – Direcção Provincial de Agricultura e Pescas

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Alimentação

FAEF – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

Km – Kilometro

MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MCRN – Maneio Comunitário de Recursos Naturais

ONG – Organização Não-Governamental

SPFFB – Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia

SPSS – Statistical Package of Social Science version 9.0 for Windows

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E ANEXOS

Listas de tabelas

Tabela 1. Espécies de uso múltiplo não madeireiro.....	6
Tabela 2. Tipos de solos de Goba e sua distribuição.....	12
Tabela 3. Tipos de vegetação de Goba e sua superfície.....	15
Tabela 4. Tamanho de amostra da população.....	18
Tabela 5. Principais recursos naturais e sua importância.....	19
Tabela 7. Numero de inquiridos que se referiram aos mitos.....	22
Tabela 8. Numero de inquiridos que se referiram as regras tradicionais.....	24
Tabela 9. Número de individuos que acreditam nos mitos e regras tradicionais.....	31
Tabela 10. Número de individuos que cumprem as regras tradicionais.....	32
Tabela 11. Definição das regras/normas tradicionais.....	33
Tabela 12. Espécies vegetais cujo o seu corte para a produção de lenha e carvão.....	44

Lista de anexos

Anexo 1: Guião das entrevistas

Anexo 2: Mapa de localização de Goba

Anexo 3. Regras tradicionais relacionados com a vida social da Comunidade.

Anexo 4. Espécies vegetais cujo o seu corte para a produção de lenha e carvão

1. INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes

O Maneio Comunitário de Recursos Naturais (MCRN) é um instrumento que “pretende” combinar as regras do uso tradicional dos recursos naturais e as normas técnicas universais de uso e gestão, obtendo-se assim a “comunhão” dos conhecimentos, de modo a garantir o seu uso sustentável (Pereira, 2000). Segundo a mesma autora os recursos naturais (água, flora, fauna, terra etc.) revestem-se de grande importância, relativa aos seus bens e serviços de que a comunidade se beneficia, e que o uso “desregrado” destes recursos tem levado a um empobrecimento das populações rurais.

Por sua vez, Matakala (1998) considera que as comunidades rurais de Moçambique possuem um rico património de conhecimentos sobre a fauna e flora do País e que, a sabedoria e experiência no uso dos recursos naturais são parte importante da cultura moçambicana, referindo-se, que em muitas regiões as crianças conhecem pelo nome, a quase totalidade de plantas e animais.

Muitas vezes o conhecimento das leis naturais está recoberto por *mitos e regras tradicionais*. A sacralização, ritualização e a decretação de *tabus*, são ainda hoje nas comunidades rurais a “lei ambiental”, que regula o uso sustentável ou não, a conservação e a preservação dos recursos naturais (Mandlate, 2000).

Um exemplo clássico da conservação e preservação dos recursos naturais, por parte das comunidades rurais é a floresta sagrada, que na sua maioria existem a milhares de anos, sem que a acção do homem tenha perturbado o seu equilíbrio fundamental, podendo abrigar uma grande variedade de espécies vegetais e animais, para além de outros bens e serviços que presta a comunidade, como é o caso do culto aos antepassados (Matakala, 1998). Alguns autores (Brouwer, *et al*, 1998) referem-se ainda, que numa floresta sagrada, numa só árvore é possível encontrar um grande número de espécies de animais do que nalgumas florestas na Europa.

Diversos mitos e regras tradicionais compõem ainda hoje a sabedoria “indígena” (conhecimento empírico) dos habitantes de Goba. Estes, apesar da sua proximidade da capital preservam ainda hoje características da zona rural (Vilanculos, 1999). Contudo,

este conhecimento profundo e secular tem sido frequentemente “ignorado” por parte das algumas pessoas que pensam e executam projectos de desenvolvimento, correndo também risco de desaparecer, pois não estão documentados, sendo praticamente difundida por tradição oral, consoante a idade e género.

O presente trabalho pretende abordar de modo sistematizado a relação de alguns *mitos e regras tradicionais*, com o manejo e conservação dos principais recursos naturais de Goba, que pode ser positiva ou negativa uma vez que estas regulamentam o comportamento social podendo gerar ou mitigar conflitos relacionados com a posse e uso dos recursos naturais.

1.2 Problema e Justificação de estudo

A população de Goba é essencialmente camponesa. Entretanto, esta actividade apresenta baixos rendimentos, o que tem como consequência, a existência de uma forte pressão sobre os recursos florestais (principalmente para a produção de carvão), faunísticos, geológicos e hídricos existentes na região (Pereira, 2000). Contudo a exploração destes recursos é refreada por leis e regras tradicionais, o que de certa forma, define a maior ou menor exploração deste ou daquele recurso, o seu uso e comercialização.

Durante os últimos anos, governos e organizações internacionais têm vindo a redobrar esforços no sentido de consciencializar as comunidades, sobre a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais, sem nenhum sucesso aparente. Contudo, as comunidades possuem métodos locais empíricos, que regulam localmente o uso dos recursos, sem degradar o ambiente. Este fenómeno faz com que certas instituições se preocupem em aprofundar o estudo do funcionamento deste conhecimento, com o objectivo de extrapolar este modelo de gestão a outras regiões (Jodha, 1992).

Há ainda que considerar como importância deste documento, a existência de poucos estudos relacionados com o impacto das actividades culturais e tradicionais das comunidades rurais, na gestão e manejo dos recursos naturais, no sentido deste conhecimento das comunidades ser considerado na elaboração dos projectos de educação ambiental, através da consulta à realidade cultural e o diálogo com as sabedorias locais.

2. OBJECTIVOS DE ESTUDO

2.1 Geral

- O presente trabalho tem como objectivo geral estudar a influencia dos, *mitos e regras tradicionais* no manejo e conservação dos recursos naturais em Goba.

2.2 Específicos

1. Efectuar o levantamento dos principais recursos naturais de Goba
2. Identificar os principais, *mitos e regras tradicionais* que “governam” o uso, exploração e conservação dos recursos naturais de Goba
3. Avaliar o cumprimento e crença das leis e regras tradicionais por parte dos actuais habitantes de Goba.
4. Analisar a origem e definição dos mitos e regras tradicionais em Goba

3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

3.1 Maneio e Conservação

3.1.1 Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN)

No passado, muitas sociedades tradicionais formaram sistemas relativamente fechados, com interações complexas, recíprocas e de solidariedade, pelos quais eram geridos os recursos naturais. Estes sistemas estavam incorporados na cultura local e acomodava as diferenças de poder e funções, incluindo o sistema de tomada de decisão (Borrini, *et al*, 2000).

Em Moambique após a Independência, o estado tomou exclusivamente para si, o poder de gerir os recursos naturais através da nacionalização da terra e os seus recursos, ignorando as comunidades e sua organização. Este sistema teve como consequência, um uso desregrado de recursos, pois o estado não tinha meios e recursos para uma fiscalização eficaz, e ainda um sistema de manejo sustentável dos recursos naturais. Este fenómeno levou que nos finais da década de 90, surgisse a ideia do manejo comunitário. Tal como em alguns países vizinhos, Moçambique adoptou o manejo dos recursos pela comunidade, tendo como base a organização tradicional já instalada (Nhancale, 2001).

Os princípios e objectivos do MCRN têm sido para abrandar a degradação dos recursos naturais, e permitir às comunidades ter a posse e acesso seguro destes recursos e seus benefícios através do empossamento e restituição dos poderes a estas (“empowerment”) e capacitação a todos os níveis, e resulta geralmente em protecção ambiental (Jodha, 1992)

A localidade de Goba foi um dos lugares escolhidos para a implementação de um projecto de MCRN, no ano 2000 pela DNFFB e a FAO. Tal deveu-se a enorme pressão a que os seus recursos florestais vinham sendo alvo devido a crescente produção de carvão e o facto possuir uma grande variedade de recursos naturais (Borrini, *et al*, 2000).

3.1.2 Maneio e Conservação dos Recursos Naturais

Recurso natural é tudo quanto a natureza oferece, que pode ser usado para satisfazer uma necessidade humana, como a lenha, alimentos, e tudo o que contribui de forma essencial para a segurança alimentar (DGCI/MNE,1989).

Mafalacusser (1995), refere-se a conservação como o conjunto de princípios e praticas para a prevenção da extinção das espécies e a manutenção da diversidade genética ou biológica, dos ecossistemas e das paisagens através da gestão sustentável dos recursos florestais e faunísticos, sem colocar em risco a biodiversidade. Considera ainda que a conservação inclui também o uso dos recursos, mas está deve ser sustentável. O termo **gestão sustentável** refere-se a gestão racional e controlada da biosfera, mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objectivos de conservação de recursos para a presente e futuras gerações (Brouwer, *et al*, 1998).

Jodha, (1992) considera que nos projectos de maneio comunitário em Africa, as ideias locais devem ser consideradas centrais e isto requer um entendimento dos paradigmas locais no uso dos recursos naturais tal como no exemplo seguinte: Na tradição Ndau/Shona a terra é pertença dos antepassados. É a volta destes antepassados que uma serie de regras e comportamentos se baseiam. E que, embora as comunidades não articularem explicitamente motivos de conservação para estas regras, eles resultam frequentemente no respeito das áreas sagradas e na protecção de elementos importantes do ecossistema. O mesmo autor refere que as regras espirituais asseguram o poder dos mambos e outros velhos garantindo-os que exerçam o controle sobre a vida social da comunidade e não só, como também sobre os agentes externos que são implementadores dos projectos.

No caso concreto de Goba esta é definida pela distância a que os recursos se encontram da comunidade e pelas condições de acesso, isto é, nas ravinas e topos das montanhas os recursos apresentam sinais de melhor conservacao (Soto, 2001).

3.2 Produtos florestais não madeireiros (PFNM)

Quase todas as plantas arbóreas, arbustos, capim e ervas em Goba, possuem algum valor entre os múltiplos usos (alimento humano, forragem, medicina, construção, combustível e utensílios domésticos) para a população local, sendo muito raro encontrar uma espécie que “não sirva para nada”. São ainda comuns as espécies que possuam mais de um único uso não madeireiro. A Tabela 1. mostra os principais PFNM e seus usos múltiplos:

Tabela 1. Espécies de uso múltiplo não madeireiro

Nome vulgar	Nome científico	Usos/utilidade
Chinei	<i>Berchemia zeyheri</i>	Utensílios domésticos, bebidas e medicina
Chivondzwan a	<i>Combretum apiculatum</i>	medicina
Canhu	<i>Sclerocarea birrea</i>	Alimentação, bebidas e medicina
Cimbirre	<i>Androstachys johnsonii</i>	Construção, carvão e medicina

A – abundante C – comum

Fonte: DPAP, 1998

A *Berchemia zeyheri* apesar de ser considerada pelo Regulamento Florestal e Fauna Bravia como preciosa, não está a ser usada como tal em Goba, sendo sobretudo usada para satisfazer os usos não madeireiros. Segundo Baldascini (1999) as plantas medicinais são as que, demonstram maior frequência de ocorrência nos tipos de vegetação de Goba.

3.3 Mitos, e regras tradicionais

Okot p'Bitek (1998), considera que, apesar da divulgação do cristianismo e do islamismo, os mitos, e regras tradicionais continuam a existir nas sociedades tradicionais rurais nas suas formas tradicionais, as vezes, em novas, resultantes da nova actualidade africana. Considera ainda que, apesar das profundas transformações sociais, políticas e culturais

ocorridas durante o período colonial e sobretudo, pós colonial, entre muitos povos africanos fenómenos complexos relacionados com religiões tradicionais, conservam a sua importância socio-política, e em parte socio-económica destes povos. A manifestação destes fenómenos é feita através das cerimónias tradicionais. Em Moçambique, têm sido frequentes a realização de cerimónias tradicionais para invocar os espíritos dos antepassados. Destas cerimónias destacam-se os casamentos, funerais e festas religiosas (Brouwer, R. *et al*, 1998)

3.3.1 Mitos

Segundo Eliade (1984) o *mito* conta uma história sagrada, que relata um acontecimento que teve lugar num tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos. Este autor considera que o mito tanto pode ser uma história verdadeira (mito cosmogónico), tais como a existência do mundo, e da mortalidade do homem, assim como uma história falsa e ilusória, como são os casos de personagens sobrenaturais (fábulas ou contos).

Nas sociedades primitivas, africanas em particular, os mitos estão ainda vivos fundamentando e justificando todos os comportamentos e actividades humanas, tendo como função, salvaguardar os princípios morais, e fornecer regras praticas para o uso do homem (Malinowski, 1984). Estes, durante vários anos foram considerados como actos de “selvajaria”, por vários historiadores julgando, que estes iriam desaparecer por completo com a civilização, facto que não veio confirmar-se, permanecendo estes como parte cultural de muitos povos (Wach, 1990).

3.3.2 Tabu

Martinez (1997) define o tabu como um texto, que se refere a algo “proibido” ou “interdito”, de carácter mágico-relegioso, cuja a transgressão gera automaticamente um castigo “sobrenatural”infligido por via mágico religiosa, baseado num conhecimento oculto e espiritual, referindo-se que existem tabus de vários tipos, relativos aos alimentos, sexos, nomes, de carácter social e económico.

Por sua vez Mushove, (2001) , refere na sua publicação que a maioria dos tabus, orientase a focar a preservação e/ou conservação de certas plantas e animais e a proibição de queimadas descontroladas. Enquanto que Wach (1971), define tabu como uma forma metafórica para designar certas “interdições” colectivas ou individuais pouco explícitas, ligadas a aspectos irracionais das relações humanas. Os infractores destes tabús eram severamente punidos, podendo o castigo estender-se a toda a comunidade ou País sob forma de calamidades como secas ou epidemias que se transmitem durante varias gerações (Okot p’Bitek, 1998).

3.2.3 Autoridade tradicional

A autoridade tradicional é uma instituição sócio-política tradicional, que inclui todo um conjunto de elite na comunidade rural, nomeadamente o chefe tradicional e sua família, os curandeiros, os adivinhos, officiantes dos rituais e os anciãos nativos da região (Brouwer, *et al*, 1998). O autor refere que um dos aspectos mais relevantes da autoridade tradicional reside na importância do chefe da comunidade nesta relação. Ele é o intermediário obrigatório entre o mundo visível e o invisível, intercedendo junto aos ancestrais.

A hierarquia concernente a autoridade tradicional em Moçambique difere para as três regiões do País. Por exemplo, na região norte (mwene/mpewe/mfalume – humo – apiamwene). Região centro (mambo – nhakwawa –mfumo – mauna-mfumo), região sul (hosso/nkoma –nkuluve – nganakana – nduna). A hierarquia da autoridade e poder tradicional em Moçambique, classifica-se com base no desempenho de diversas autoridades. Assim em ordem decrescente temos: chefe do território linhageiro, chefe da linhagem e chefe da família (Pijnenburg e Covene, 2000). Segundo os mesmos autores, também desempenha várias actividades no seio da comunidade rural, tais como: responsável pelas cerimónias e rituais, terras, justiça, transmissão de conhecimentos sócio-culturais e costumes, divisão de responsabilidades e muito mais. É através da autoridade tradicional que os vivos recebem o fluxo vital. O chefe é por conseguinte considerado um gerador de vida e fecundidade que é transmitida a toda a comunidade.

3.2.4 Florestas sagradas

As florestas sempre foram um recurso natural de valor inestimável para as comunidades rurais e segundo (Bits, 1998), as florestas sagradas são espaços reservados à realização de cultos religiosos, locais de varias cerimoniais (fúnebres, ritos de iniciação, invocação de espíritos considerados protectores da comunidade).

Para a comunidade rural, a floresta sagrada é um local onde se faz a conservação da sua tradição, lugar de muito respeito e o lugar escolhido para preservar os seus antepassados onde a natureza e a sua força mantêm-se intactos. As comunidades adoptam certos mitos em relação a alguns recursos (florestais, agrícolas e pesqueiros) para proteger o lado mais sensível em relação ao uso e aproveitamento. (Pijnenburg e Covene 2000).

A floresta sagrada, que na sua maioria existem a milhares de anos, sem que a acção do homem tenha perturbado o seu equilíbrio fundamental, podendo abrigar uma grande variedade de espécies vegetais e animais, para além de outros bens e serviços que presta a comunidade, como é o caso de culto aos antepassados. Por vezes numa só árvore é possível encontrar um maior numero de espécies de animais que nalgumas florestas na Europa (Brouwer, *et al*, 1998).

Matakala (1998), refere na sua publicação, que as comunidades humanas mantêm igualmente relações espirituais e religiosas com a floresta. É nestas florestas que vivem os espíritos ou lhes são atribuídos pequenos templos. Decorrem também cerimónias de iniciação e que, as comunidades mantêm uma relação íntima com a floresta sagrada, citando um exemplo dessa relação: O facto de as crianças conhecerem pelo nome a quase totalidade das plantas e animais.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Descrição da área de estudo

4.1.1 Localização

A área de estudo está localizada na cadeia montanhosa dos Libombos, na Província de Maputo, Distrito de Namaacha, no posto administrativo de Changalane e ocupa a superfície total de 10.055 hectares, compreendidos entre o rio Umbeluzi a norte e o rio Mongozoane a sul, a fronteira com a Swazlandia a oeste e a leste pela picada da Cardiga. (ver mapa em Anexo 2).

4.1.2 População e suas actividades

A vila de Goba, constitui o principal aglomerado populacional da área possuindo cerca de 340 famílias residentes. Segundo o INE (1997), a localidade de Goba Estação possuía uma população total de 1369 pessoas, das quais cerca de 49% são mulheres e 51% são homens. Destes cerca de 41% possui uma idade entre os 15 e 39 anos e 14% com idade pré-escolar de 0 a 4 anos.

Segundo Filimão (1998), a população actual de Goba é muito heterogénea, pois encontram-se pessoas provenientes de todas as províncias do País, sendo a de Inhambane predominante, questionando-se assim o conceito comunidade, pois neste caso não é um conjunto de pessoas oriundas de uma mesma zona, mas sim um conjunto de pessoas unidas pelo mesmo propósito único: a utilização comum de um recurso.

Esta população é essencialmente camponesa e mais de 80% das famílias dedicam-se a produção de carvão como principal actividade de rendimento (Pereira,2000). A mesma autora refere-se que a produção de carvão está concentrada nos períodos de Abril a Outubro, pois durante o período das chuvas a população dedica-se principalmente a agricultura.

Os baixos rendimentos agrícolas resultante de baixos níveis de produção são provavelmente uma das razões que leva a maioria das famílias de Goba a necessitar de produzir carvão, uma vez que somente em casos excepcionais a produção agrícola enche

os seus celeiros. O carvão possui também um papel importante como moeda de troca com produtos agrícolas e outros produtos alimentares. Consequentemente existe uma forte pressão sobre o recurso florestal na área, e a exploração florestal apenas tem deixado árvores fruteiras e aquelas que não produzem madeira (Vilanculos,1999).

A posse tradicional da terra e a sua distribuição pelos membros da comunidade é controlada pelo Régulo. As terras a margem do Umbeluzi, as mais acessíveis, férteis e junto as zonas residenciais são as mais usadas para a agricultura e são transmitidas as famílias locais por herança.

4.1.3 Topografia

A área de estudo está integrada na cadeia montanhosa dos Libombos, que é caracterizada por extensas e alongadas formações rochosas, intercaladas por vales estreitos e profundos em forma de “V” (Marques e Vilanculos, 1999).

A topografia de Goba é caracterizada por apresentar uma plataforma junto ao rio Umbeluzi no qual diversas montanhas emergem a partir da cota média de 200m para formar a cadeia montanhosa, cujo o aspecto ondulado da altitude vai aumentando em direcção a fronteira com o Reino da Swazilândia. A área é ainda caracterizada por apresentar um vale no sentido norte-sul do riacho Machavachane, um dos principais colectores da rede terciária e secundária da região. Este vale apresenta uma cota entre os 200 e 250 metros que separa a cadeia montanhosa ondulada junto a fronteira com a Swazilândia e a cadeia do monte Umbéluzi com 600 metros de altitude. A extremidade leste da área de estudo termina num planalto médio conhecido como a região de Mahumo ou Cardiga (Pereira, 2000).

4.1.4 Geologia

As montanhas dos Libombos são constituídas por relolitos. Estas montanhas evoluíram a mais ou menos 200 milhões de anos, quando a Gonduanalândia começou a separar-se. Neste processo a lava vulcânica forma as rochas basílicas e ao se formar o contorno do continente africano, os vulcões ao longo da linha desde o Limpopo até a Zululândia formaram as rochas riolíticas dos montes Libombos. Na zona mais próxima da fronteira e da vila de Goba ocorrem as rochas basílicas que por serem mais suaves, durante o

processo da erosão, dão origem as zonas aplanadas, enquanto que as rochas riolíticas pela sua dureza e resistência, formam as escarpas e os montes Libombos (Vilanculos *et al.* 2000)

4.1.5 Solos

Os solos existentes hoje em Goba são pobres em termos de diversidade e do ponto de vista geomorfológico e pode ser dividida em duas unidades distintas: as cadeias montanhas e o vale ao longo do rio Machavachane (Mafalacusser *et al.*, 1999). Goba encontra-se situada na cadeia montanhosa dos Libombos onde predominam dois grupos de solos: riolitos e coluviões, ocorrendo os primeiros nas zonas montanhosas e os últimos nos vales.

Na área predominam solos líticos desenvolvidos nos riolitos sobretudo localizados nas zonas com declives superiores a 4%, isto é, 94% da área (Tabela 1). Estes solos são caracterizados por possuírem em geral uma profundidade inferior a 30 metros. São solos bastantes pedregosos, com afloramentos rochosos, calhaus e pedras.

Tabela 2. Tipos de solos de Goba e sua distribuição

	Área	% da área total
Riolitos (R1+Cs1)	8,889	93,3
Coluviões (Cs2+Cs3)	578	6,1

Fonte: Mafalacusser, 1999

Os solos coluvionares que se encontram sobretudo concentrados no vale e sopés das montanhas adjacentes são solos de textura média a pesada, cuja a cor varia de preta a castanha e castanha-avermelhada. Podem também ser bastante pedregosos, especialmente se possuírem pouca profundidade. Em geral estes solos apresentam uma drenagem moderadamente boa.

4.1.6 Clima

A zona de Goba possui um clima tropical chuvoso de savana influenciado pela altitude. A precipitação média anual registada na estação meteorológica de Goba fronteira é 750mm. Cerca de 33% da precipitação anual ocorre nos meses de Janeiro e Fevereiro e o período das chuvas vai desde Outubro a Março do ano seguinte. A estação seca ocorre entre Maio e Setembro e corresponde ao período de *deficit* na disponibilidade de água quando a evapotranspiração o potencial é superior a precipitação média anual registada. A região de Goba apresenta uma temperatura média anual de cerca de 21,9°C e uma temperatura média máxima de 27,2°C. A humidade relativa média do ar registada na estação meteorológica de Goba fronteira é de 73% e na época das chuvas chega a atingir 78%.

4.1.7 Hidrologia

A área de Goba constitui uma micro bacia de alimentação do rio Umbeluzi, que é o curso de água responsável pelo abastecimento de água a cidade de Maputo. A cadeia montanhosa dos Libombos possui numerosas nascentes e fontes de água, tendo sido encontrado na área 8 nascentes de água, estando duas delas a ser exploradas para a produção de água mineral.

As margens abruptas, os fundos de vale rochosos e pedregosos facilitam o escoamento das águas e formação de riachos e afloramentos rochosos e escarpas permitiram a formação de lagoas na região. Existem assim na zona três lagos permanentes: Botene, Mbilambi, e Lhanguene.

Os rios mais importantes da região são: Umbeluzi no extremo no norte da área, o rio Lhaticulo na fronteira com a Swazlandia, rio Machavachane ao longo do vale agrícola, rio Mongozuane no extremo sul da área que vai desaguar no rio Changanane que possuem água, mesmo durante a época seca. O rio Machavachane, que liga com o rio Umbeluzi, corre no sentido norte-sul e constitui o ponto de convergência de uma numerosa rede terciária e secundária de drenagem. É nesta rede de drenagem de difícil acesso que ainda existem manchas remanescentes da vegetação natural e, que constituem as zonas onde

hoje se faz a exploração do carvão e se explora as espécies madeiras, uma vez que as outras zonas mais acessíveis já foram quase todas cortadas.

4.1.8 Vegetação

Actualmente o recurso florestal de Goba apresenta diversos estágios de regeneração e crescimento, apresentando-se na maioria das vezes escasso devido a sobre-exploração para a produção de carvão ocorrida na década de 90 (Pereira, 2000). Segundo a mesma autora a exploração desregrada e descontrolada dos recursos florestais na região, levou a degradação e empobrecimento da vegetação como resultado conjugado do intenso corte das árvores e o uso individual de espécies florestais como o Sândalo, Cimbirre, Chanfuta, para o fabrico de carvão.

Segundo o DPAP (1998), a vegetação de Goba compreende 5 tipos florestais importantes:

- Agricultura e pasto (S ou A) onde predomina a vegetação herbácea com algumas árvores dispersas de *Sclerocarya birrea*, *Strychnos sp*, *Dichrostachys cinerea*, *Pterocarpus rotundifolia* e *Acácia spp*, nas zonas que foram previamente cultivadas, ou desflorestadas para a agricultura. Nos topos das montanhas predomina a vegetação herbácea e algumas árvores dispersas de forma irregular de altura não superior a 3 metros de *Sclerocarya birrea* e *Strychnos spp*. A densidade média deste tipo de vegetação é de cerca de 120 árvores (Dap>5cm) por hectare, mas apenas 5 árvores por hectare com diâmetros superiores a 20cm.
- Pradaria arborizada (Wg ou B3) que representa o tipo florestal predominante na região e apresenta uma mistura de *Combretum sp*, *Acácia sp* e *Strychnos sp*, cuja a densidade de árvores (Dap>5cm) anda a volta de 160 árvores por hectare e 18árvores/hectare com diâmetros maiores que 20cm.
- Matagal (T ou B2) que ocupa algumas encostas das montanhas onde predomina a ocorrência de *Combretum apiculatum* nas zonas baixas, *Berchemia zeyheri* e *Androstachys johnsonii* cuja densidade de árvores (Dap>5cm) anda ao redor de 200arv/ha.
- Floresta baixa de pouca densidade (b1 ou Lf3) que ocorre nas zonas mais húmidas das encostas escarpas, ao longo dos rios e lagoas, onde predominam as espécies decíduas e de maior valor comercial como a *Azelia quanzensis*, *Androstachys johnsonii*, *Bershemia*

zeyheri, apresentando uma densidade média de 600 árvores por hectare com diâmetro acima dos 5cm.

- Formações onde predomina a espécie *Androstachys johnsonii* criando povoamentos quase puros, com alguma mistura de *Spirostachys africana* principalmente nas bordaduras destes povoamentos.

Os povoamentos de Cimbirre em Goba constituem uma fonte importante de material de construção e de rendimento para a comunidade. Estes povoamentos de cimbirre além de constituírem o habitat da espécie protegida *Encephalartus sp.* Possuem especial importância pelo facto de representarem os povoamentos do limite sul de ocorrência natural desta espécie em Moçambique.

Tabela 3. – Tipos de vegetação de Goba e sua superfície

Tipos de vegetação	Superfície (ha)
Agricultura e pasto (A)	4935,58
Floresta baixa (Lf3)	182,87
Matagal (T)	350,79
Pradaria arborizada (Wg)	4067,6
Povoamentos de cimbirre	407,66
Total	9944,33

Fonte: Departamento de Agua e terras – INIA e DPAP (1998)

No inventário florestal da região de Goba, sob manejo comunitário foram encontradas 104 espécies arbóreas, das quais 2 espécies (*Spirostachys africana* e *Berchemia zeyheri*) são classificadas como preciosas pelo regulamento florestal do País, 4 espécies classificadas como da primeira classe, nomeadamente: *Androstachys johnsonii*, *Azelia quanzensis*, *Balanites maughamii* e *Diospyros sp.* Foram ainda encontradas em Goba várias Cicas, sendo a *Encephalartus umbeluzensis*, que ocorre apenas nesta região junto ao rio Umbeluzi e que é considerada como uma planta ameaçada pela lista vermelha da UICN de 1997. A espécie arbórea *Combretum apiculatum* é sem duvida predominante na zona de Goba está sempre presente em todos os tipos de vegetação. Esta é uma

característica desta espécie, que quando ocorre num local geralmente uma espécie dominante. As árvores são pequenas a médio porte, decíduas e no inverno as folhas apresentam uma cor avermelhada-dourada. Ela distingue-se das outras espécies de *Combretum* pois, as suas folhas terminam em ponta (Van Wyk, 1997)

4.1.9 Fauna bravia

A intensa exploração florestal, a prática de agricultura e criação de animais domésticos, as queimadas e a caça dos animais selvagens, fez com que a fauna de Goba, outrora bastante rica e diversificada, esteja hoje concentrada nas zonas montanhosas mais distantes, de difícil acesso e onde ainda existem manchas de vegetação densa. A região de Goba é conhecida na província de Maputo pela presença abundante de lagartos e cobras dada a ocorrência de rochas e pedras na área. Actualmente a fauna em Goba é caracterizada por mamíferos de pequeno porte. Cerca de 82 espécies de aves foram observadas na área sob manejo comunitário, sendo notável as aves de rapina, sobretudo aquelas que se alimentam de lagartos devido a abundante presença de reptéis na área (Perreira,2000). Segundo Magane (1999), os principais problemas que afectam o manejo de fauna em Goba são:

- Numero reduzido de animais e pouca diversidade
- Perda e degradação do habitat devido a queimadas descontroladas e exploração florestal intensa
- Caça com artes e meios inadequados e não selectivas (armadilhas e laço)
- Ausência de um plano de utilização da terra e de um zoneamento específico para a área
- Conflitos entre os animais e (macaco-cão) e a comunidade local.

4.2 Metodologia

A realização do presente trabalho consistiu nas seguintes etapas:

- Revisão bibliográfica
- Recolha de dados
- Análise de dados

4.3 Métodos

4.3.1 Revisão bibliográfica

Com vista a listar e compreender a influencia das diferentes mitos e regras tradicionais no manejo e conservação de recursos naturais fez-se a consulta de dados secundários que envolvia a recolha de dados a partir de bibliografias referentes ao tema, documentos existentes incluindo os registos de arquivos, investigações anteriores e relatórios.

Para o levantamento dos recursos naturais de Goba foram usados o Inventario florestal e o Plano de Maneio dos recursos florestais em Goba, mapas temáticos dos recursos geológicos e hídricos do Distrito de Namaacha.

4.3.2 Recolha de dados

A recolha de dados no campo foi efectuada na Vila de Goba-Estação e decorreu de 2 a 16 de Maio de 2006. Para o alcance dos objectivos preconizados fez-se o levantamento das principais lendas, mitos e regras tradicionais. De seguida seleccionou-se os que estão relacionados com os recursos naturais, analisando-se a sua influencia no manejo e conservação dos mesmos por parte das comunidades.

As técnicas utilizadas foram a entrevistas semi- estruturadas com informantes chaves, indicados pela autoridade tradicional, uma vez que o conhecimento dos mitos regras tradicionais está concentrada na família da autoridade local e nos mais velhos nativos desta região. Entrevistou-se também membros influentes do projecto de Maneio comunitário "Ntava Yezu", pelo seu conhecimento no manejo e conservação de recursos e conversas informais com membros singulares da comunidade local.

O uso da entrevista semi-estruturada justifica-se pelo facto dela permitir um enfoque de conversação bilateral obtendo informações tanto quantitativas como qualitativa, com guiões previamente elaborados uma vez que o objectivo não é obter dados e variáveis quantitativas, mas sim aprofundar, investigar e estudar os assuntos mais sensíveis e exploração de opiniões e pontos de vista (Pijnenburg e Covene 2000). As entrevistas foram mediante um guião dividido em três partes a saber: dados pessoais, recursos naturais e lendas, mitos e regras tradicionais (**Anexo 1**).

Para a definição do tamanho da amostra foi usado o método baseado em Case (1990), que sugere 50 amostras para uma população igual ou superior a 500, uma vez que a população de Goba apresenta mais de 1000 habitantes, como mostra a Tabela 5. (Matakala e Macucule, 1998).

Tabela 4. Tamanho da amostra

Amostra total	Amostra sugerida	Porcentagem (%)
100	15	15
200	20	10
500	50	10
1000	50	5

Fonte: Case, D, D, 1990

As entrevistas foram feitas a 50 agregados familiares, de onde 40 dos entrevistados eram do sexo masculino e os restantes do sexo feminino, residentes nos 3 bairros de Goba-Estação e arredores.

4.3.3 Processamento e análise de dados

Para a análise dos dados, estes foram lançados e codificados, juntando respostas similares através de atribuição de números, seguindo-se a organização dos dados em tabelas de frequência, gráficos usando o pacote "SPSS" e "EXCEL" e posteriormente a interpretação dos resultados. Como método auxiliar far-se-á a comparação com a teoria.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Principais recursos naturais existentes em Goba e sua Importância

A localidade de Goba apresenta como principais recursos naturais a água, a flora, fauna, terra e pedra e segundo os entrevistados a água e a terra apresentam-se como os recursos de maior importância, uma vez terem sido referenciados como fazendo parte dos principais recursos naturais por 100% dos inquiridos, como demonstra a **Tabela 5**.

Tabela 5. Principais recursos naturais e sua importância

Tipo de recurso	Nº dos que consideram o recurso como parte dos 3 mais importantes	% dos que consideram o recurso como parte dos 3 mais usados
Água	50	100
Flora	35	70
Fauna	20	40
Terra	50	100
Pedra	20	40

Os recursos água e terra são considerados de vital importância pelos residentes de Goba (100% dos respondentes assim o afirmam). Estes são seguidos por flora com 70% e por último a fauna e pedra, ambos com 40% dos respondentes

A **água** é considerada um dos recursos mais importantes por 100% dos inquiridos (**Tabela 5**), pois ela constitui a base para flora e fauna, animais domésticos e culturas possam viver, assim como o homem e as suas necessidades. Em Goba a água subterânea é considerada a mais importante por ser mais limpa e acessível, enquanto que a superficial é temporária e na época seca não é potável, devido a contaminação de animais e plantas, com excessão do rio Umbeluzi. De referir que Goba tem 3 fontes naturais de água, funcionando actualmente duas. A população de Goba é essencialmente agrícola. E pelo

facto de não chover durante 8 meses do ano torna este recurso escasso, em termos de disponibilidade, uma vez que o rio e as fontes de água encontram-se relativamente distantes das suas machambas, e a população não tem meios de conservação e manutenção da água das chuvas.

A **terra** é também referenciada por 100% dos inquiridos, pois segundo os mesmos ee nela que as comunidades fazem as suas machambas, pastam o gado, constroem habitações, nascem produtos silvestres. Também usam para maticar as casas e vendem ocasionalmente areia. Em alguns casos esta garante o sustento de algumas famílias, que comercializam os produtos resultantes da sua produção.

A pedra existente em Goba é usada para vários fins como são os casos do alisamento das construções, para moer cereais e para fins medicinais (exemplo, o bafo com a pedra denominada *seringueira* cura dores de cabeça).

A **Flora** foi considerada como fazendo parte dos 3 principais recursos naturais da região por 70% dos entrevistados. É deste recurso que as comunidades extraem os materiais de construção (estacas e capim), produtos alimentares silvestres (raízes, tubérculos, frutos e folhas), medicamentos, pastos e esculturas. Estes consideram as árvores como sendo de vital importancia porque delas são retirados troncos para o fabrico de objectos de uso domestico (pilões, colheres de pau, etc.) estacas para construção, madeiras, sombra para gado, medicamentos e frutos. O capim é usado para cobrir as casas, pastos de gado e alimentação. Os arbustos são usados para a alimentação e como medicamentos

A **fauna** bravia foi referenciada por 40% dos inquiridos goza de grande importância no seio da comunidade de Goba pois fornece carne para a alimentação, produtos medicinais, de adorno e de uso domestica (peles, cornos). Por outro lado, o Governo usa para atrair turistas que por sua vez dão emprego a algumas pessoas da comunidade. Actualmente apenas uma pequena parte da população (no caso concreto, homens) dedica-se a caça, e ainda assim esta não constitui a actividade principal dos caçadores, que praticam na sua maioria a agricultura.

corte de fruteiras nativas e de plantas medicinais sem a autorização das autoridades tradicionais. As **Regras VI** (48%) e **VII** (64%) apresentam-se como as menos conhecidas, mas ainda assim apresentam-se como muito importantes.

5.4 Gestão e manejo de recursos naturais em Goba

A gestão e manejo dos recursos naturais em Goba são feitos basicamente através do projecto de Maneio comunitário "Ntava Yezu", que através de regras técnicas e conhecimentos tradicionais responde perante a comunidade sobre os diferentes usos destes. O projecto é dirigido pela associação comunitária, composta por 30 membros (que se reúne uma vez por mês), eleitos pela comunidade, dos quais 10 membros fazem parte da comissão executiva, órgão que se reúne semanalmente e toma decisões durante o período de tempo que separa as reuniões da associação comunitária.

Os recursos geológicos (pedras usadas para construção) e hídricos (rios, lagos e fontes naturais de água) não estão sob a égide deste organismo. Para estes recursos as autoridades oficiais locais, no caso concreto o Conselho Executivo, servem de elo de ligação entre o projecto e alguns órgãos do estado, como é o caso da Direcção Provincial de águas (DPA).

5.4.1 Terra

O uso dos recursos geológicos é "gerido" pelo Conselho Executivo, que através de leis e regulamentos oficiais define e regula o uso e exploração destes. Entretanto, estes recursos são principalmente explorados pela comunidade local, não existindo uma grande necessidade de fiscalização, uma vez que não é comercializado. A terra para a pratica da agricultura é também da responsabilidade do Conselho Executivo, mas antes do seu uso o requerente deve obter uma autorização por parte das autoridades tradicionais, tendo para tal de submeter-se a certos rituais usados localmente.

O uso da terra está sujeita a certos mitos e regras tradicionais, e a pratica da agricultura é obrigatória para quem pretende fixar residência nesta zona. O **Mito III** referente as areas fertes a margem do rio Umbeluzi pressupõe a existência de uma autoridade espiritual,

- É expressamente proibida o corte de qualquer fruteira e de plantas medicinais, sem autorização das autoridades competentes, no caso concreto do regulado e seus conselheiros. (*Regra V*)
- Não se deve lavar panelas ou outros utensílios domésticos na margem dos rios, isto porque segundo eles, o “ruído” produzido por estes torna os crocodilos muito agressivos, atacando inclusive as pessoas que se encontram algo distantes das águas do rio. (*Regra VI*)
- É proibido fazer armadilhas para caçar, assim como efectuar queimadas sem a devida autorização da autoridade tradicional. (*Regra VII*) Na **Tabela 8** pode observar-se o número de respondentes que se referiu a estas regras.

Tabela 8 Numero de inquiridos que se referiram as regras tradicionais

Regras	Número de respondentes que se referiu a regra	Percentagem de respondentes que se referiu a regra (%)
<i>Regra I</i>	50	100
<i>Regra II</i>	50	100
<i>Regra III</i>	50	100
<i>Regra IV</i>	45	90
<i>Regra V</i>	50	100
<i>Regra VI</i>	24	48
<i>Regra VII</i>	32	64

As *Regras I, II, III* referidos pela totalidade dos inquiridos (100%) e a *Regra IV* (90%) estão relacionados com o recurso terra, mais concretamente com a agricultura. Estas constituem a base para a prática agrícola nesta região, e é dada a conhecer a qualquer um que pretenda fixar residência nesta região. A *Regra V* (100%) refere-se a proibição de

espírito que governa toda a região de Goba e a o facto dos crocodilos existentes no rio Umbeluzi pertencerem a singulares, respectivamente. Os *Mitos II* (20%), *III* (17%), e *VI* (22%) apresentam uma percentagem menor de conhecimento o que leva a crer que vão sendo esquecidos com o passar do tempo. Estes mitos exercem grande influência no uso e exploração dos recursos naturais a eles relacionados, como veremos mais adiante.

5.3.2 Regras tradicionais

As regras tradicionais da região de Goba estão intimamente ligadas à vida da sociedade e da ética, contribuindo para a moral e bons costumes no seio das famílias e na maioria dos casos trata-se de tabús. (Anexo 7). Existem também varias regras tradicionais que regulam o uso e exploração dos recursos naturais. Uma vez que a principal actividade é a agricultura, grande parte das regras tradicionais estão relacionadas com esta pratica (ou seja com o recurso terra). As principais regras tradicionais relacionadas com os recursos naturais são:

- Quando morre alguém na comunidade, nos três dias subseqüentes ao funeral, ninguém deve cultivar a terra, “pendurando a enxada” em sinal de respeito. Esta regra é justificada com o argumento de o cultivo nestes dias de luto, queimar a terra, tornando-a infértil e improdúctiva. (*Regra I*)
- Quando há uma grande ventania, no dia assegurar não se pratica qualquer actividade na machamba. Neste caso o “castigo” é a perda de toda a produção, pós segundo eles, após a ventania as culturas, mantêm-se inclinadas, e qualquer actividade faz com que estas caiam. (*Regra II*)
- Quando há trovoadas, relâmpagos, e outros sinais que geralmente precedem a precipitação e esta não ocorre, no dia assegurar não se vai a machamba sob o risco de não voltar a chover durante um longo período de tempo. O objectivo desta regra é de manifestar aos antepassados sua tristeza e revolta, e pedir a estes que mandem a chuva, o mais depressa possível. (*Regra III*)
- A seguir a um longo período de estiagem, após as primeiras chuvas não se semeia nas machambas, sob o risco, segundo eles de queimar a terra. (*Regra IV*)

- Na região que foi denominada de “Movene” pelo facto de ter ocorrido um acidente de viação, e que segundo a comunidade, é constante observar-se durante o período nocturno chamas no cume das montanhas desta região, supostamente dos espíritos das vítimas do referido acidente. (*Mito VI*)
- Os crocodilos do rio Umbeluzi, que supostamente pertencem a feiticeiros singulares eram controlados pelo regulo, e não atacavam ninguém, sem o conhecimento e consentimento deste. (*Mito VII*)
- A lagoa de Boteni, também goza de um estatuto especial, por esta relacionada com águas que eram usadas na medicina tradicional, pois acreditava-se que estas possuíam um poder sobre o corpo humano e por isso era requerida uma autorização por parte do regulo para o seu uso. (*Mito VIII*). A Tabela 7 mostra o número de respondentes que se referiu a estes mitos:

Tabela 7. Numero de inquiridos que se referiram aos mitos

Mitos	Número de respondentes que se referiu ao mito	Percentagem de respondentes que se referiu ao mito (%)
<i>Mito I</i>	35	70
<i>Mito II</i>	20	40
<i>Mito III</i>	17	34
<i>Mito IV</i>	40	80
<i>Mito V</i>	40	80
<i>Mito VI</i>	22	44
<i>Mito VII</i>	35	70
<i>Mito VIII</i>	14	28

Como se pode observar o *Mitos IV* e *V* foram os mais referenciados como sendo os principais mitos por quase totalidade dos inquiridos (80%). Estes mitos estão relacionados com as florestas sagradas de Mbilambi e Mandlimbi, onde supostamente habitam espíritos dos defuntos da família Mazia. Os *Mitos I* e *VII* (70%) referem-se a existência de um

5.3 Principais mitos e regras tradicionais de Goba

Existem em Goba um grande número de mitos, relacionados com praticamente todas as actividades e fenómenos que ocorrem na região. No presente trabalho será dada ênfase aos mitos que de uma certa forma influenciam no uso e exploração dos recursos naturais. Um factor a ter em conta na descrição dos mitos e regras tradicionais, é o da comunidade de Goba ser muito heterogénea, com famílias provenientes de várias regiões do sul do País. Este facto faz com que haja uma certa “confusão”, na distinção de mitos e regras tradicionais nativos da região de Goba, e as outras regiões. Tal não teve grande influência nos resultados pois os entrevistados foram apenas os nativos de Goba.

5.3.1 Mitos

Os mitos referenciados pelos entrevistados são de varia ordem e têm em comum o facto de estimularem o respeito aos espíritos dos antepassados e crença de que estes (espíritos) são responsáveis por todos os fenómenos que ocorrem na região. Eis a lista de alguns dos principais mitos da região:

- O espírito da família Mazia habita por toda a região de Goba, sendo ele responsável por todos os fenómenos naturais que nela ocorrem. *(Mito I)*
- O espírito que “governa” a chuva está encarnado sobre uma serpente a qual nos períodos de estiagem são encaminhadas todas as preces no sentido do aparecimento das chuvas. *(Mito II)*
- As áreas férteis de Goba à margem do Umbeluzi são resultado do facto de terem sido lançados ao rio defuntos da família de um antigo líder militar, que se chamava Goba. Esta após ser morta pelos inimigos do líder, teria sido lançada ao rio, conferindo aos solos a capacidade de produzir, mesmo em tempos de estiagem. *(Mito III)*
- Em Mandlimbe existe uma floresta sagrada onde supostamente habitam os espíritos dos membros perecidos da família Mazia. Neste cemitério (floresta sagrada). Este local reveste-se de um certo misticismo, tal que até hoje a entrada só é feita depois de realizada uma cerimónia tradicional. *(Mito IV)*
- Outro mito similar está relacionada com a região de Mbilambi, onde se encontra a floresta sagrada da família Mazia, onde se faziam as cerimónias tradicionais, de pedido de chuva e outras relacionadas com a comunidade. *(Mito V)*

- Na região que foi denominada de “Movene” pelo facto de ter ocorrido um acidente de viação, e que segundo a comunidade, é constante observar-se durante o período nocturno chamas no cume das montanhas desta região, supostamente dos espíritos das vítimas do referido acidente. (*Mito VI*)
- Os crocodilos do rio Umbeluzi, que supostamente pertencem a feiticeiros singulares eram controlados pelo regulo, e não atacavam ninguém, sem o conhecimento e consentimento deste. (*Mito VII*)
- A lagoa de Boteni, também goza de um estatuto especial, por esta relacionada com águas que eram usadas na medicina tradicional, pois acreditava-se que estas possuíam um poder sobre o corpo humano e por isso era requerida uma autorização por parte do regulo para o seu uso. (*Mito VIII*). A **Tabela 7** mostra o número de respondentes que se referiu a estes mitos:

Tabela 7. Numero de inquiridos que se referiram aos mitos

Mitos	Número de respondentes que se referiu ao mito	Percentagem de respondentes que se referiu ao mito (%)
<i>Mito I</i>	35	70
<i>Mito II</i>	20	40
<i>Mito III</i>	17	34
<i>Mito IV</i>	40	80
<i>Mito V</i>	40	80
<i>Mito VI</i>	22	44
<i>Mito VII</i>	35	70
<i>Mito VIII</i>	14	28

Como se pode observar o *Mitos IV* e *V* foram os mais referenciados como sendo os principais mitos por quase totalidade dos inquiridos (80%). Estes mitos estão relacionados com as florestas sagradas de Mbilambi e Mandlimbi, onde supostamente habitam espíritos dos defuntos da família Mazia. Os *Mitos I* e *VII* (70%) referem-se a existência de um

espírito que governa toda a região de Goba e a o facto dos crocodilos existentes no rio Umbeluzi pertencerem a singulares, respectivamente. Os *Mitos II* (20%), *III* (17%), e *VI* (22%) apresentam uma percentagem menor de conhecimento o que leva a crer que vão sendo esquecidos com o passar do tempo. Estes mitos exercem grande influência no uso e exploração dos recursos naturais a eles relacionados, como veremos mais adiante.

5.3.2 Regras tradicionais

As regras tradicionais da região de Goba estão intimamente ligadas à vida da sociedade e da ética, contribuindo para a moral e bons costumes no seio das famílias e na maioria dos casos trata-se de tabús. (**Anexo 7**). Existem também varias regras tradicionais que regulam o uso e exploração dos recursos naturais. Uma vez que a principal actividade é a agricultura, grande parte das regras tradicionais estão relacionadas com esta pratica (ou seja com o recurso terra). As principais regras tradicionais relacionadas com os recursos naturais são:

- Quando morre alguém na comunidade, nos três dias subsequentes ao funeral, ninguém deve cultivar a terra, “pendurando a enxada” em sinal de respeito. Esta regra é justificada com o argumento de o cultivo nestes dias de luto, queimar a terra, tornando-a infértil e improdutiva. (**Regra I**)
- Quando há uma grande ventania, no dia asseguir não se pratica qualquer actividade na machamba. Neste caso o “castigo” é a perda de toda a produção, pós segundo eles, após a ventania as culturas, mantêm-se inclinadas, e qualquer actividade faz com que estas caiam. (**Regra II**)
- Quando há trovoadas, relâmpagos, e outros sinais que geralmente precedem a precipitação e esta não ocorre, no dia asseguir não se vai a machamba sob o risco de não voltar a chover durante um longo período de tempo. O objectivo desta regra é de manifestar aos antepassados sua tristeza e revolta, e pedir a estes que mandem a chuva, o mais depressa possível. (**Regra III**)
- A seguir a um longo período de estiagem, após as primeiras chuvas não se semeia nas machambas, sob o risco, segundo eles de queimar a terra. (**Regra IV**)

- É expressamente proibida o corte de qualquer fruteira e de plantas medicinais, sem autorização das autoridades competentes, no caso concreto do regulado e seus conselheiros. (*Regra V*)
- Não se deve lavar panelas ou outros utensílios domésticos na margem dos rios, isto porque segundo eles, o “ruído” produzido por estes torna os crocodilos muito agressivos, atacando inclusive as pessoas que se encontram algo distantes das águas do rio. (*Regra VI*)
- É proibido fazer armadilhas para caçar, assim como efectuar queimadas sem a devida autorização da autoridade tradicional. (*Regra VII*) Na **Tabela 8** pode observar-se o número de respondentes que se referiu a estas regras.

Tabela 8 Numero de inquiridos que se referiram as regras tradicionais

Regras	Número de respondentes que se referiu a regra	Percentagem de respondentes que se referiu a regra (%)
<i>Regra I</i>	50	100
<i>Regra II</i>	50	100
<i>Regra III</i>	50	100
<i>Regra IV</i>	45	90
<i>Regra V</i>	50	100
<i>Regra VI</i>	24	48
<i>Regra VII</i>	32	64

As *Regras I, II, III* referidos pela totalidade dos inquiridos (100%) e a *Regra IV* (90%) estão relacionados com o recurso terra, mais concretamente com a agricultura. Estas constituem a base para a prática agrícola nesta região, e é dada a conhecer a qualquer um que pretenda fixar residência nesta região. A *Regra V* (100%) refere-se a proibição de

corte de fruteiras nativas e de plantas medicinais sem a autorização das autoridades tradicionais. As **Regras VI** (48%) e **VII** (64%) apresentam-se como as menos conhecidas, mas ainda assim apresentam-se como muito importantes.

5.4 Gestão e manejo de recursos naturais em Goba

A gestão e manejo dos recursos naturais em Goba são feitos basicamente através do projecto de Maneio comunitário "Ntava Yezu", que através de regras técnicas e conhecimentos tradicionais responde perante a comunidade sobre os diferentes usos destes. O projecto é dirigido pela associação comunitária, composta por 30 membros (que se reúne uma vez por mês), eleitos pela comunidade, dos quais 10 membros fazem parte da comissão executiva, órgão que se reúne semanalmente e toma decisões durante o período de tempo que separa as reuniões da associação comunitária.

Os recursos geológicos (pedras usadas para construção) e hídricos (rios, lagos e fontes naturais de água) não estão sob a égide deste organismo. Para estes recursos as autoridades oficiais locais, no caso concreto o Conselho Executivo, servem de elo de ligação entre o projecto e alguns órgãos do estado, como é o caso da Direcção Provincial de águas (DPA).

5.4.1 Terra

O uso dos recursos geológicos é "gerido" pelo Conselho Executivo, que através de leis e regulamentos oficiais define e regula o uso e exploração destes. Entretanto, estes recursos são principalmente explorados pela comunidade local, não existindo uma grande necessidade de fiscalização, uma vez que não é comercializado. A terra para a pratica da agricultura é também da responsabilidade do Conselho Executivo, mas antes do seu uso o requerente deve obter uma autorização por parte das autoridades tradicionais, tendo para tal de submeter-se a certos rituais usados localmente.

O uso da terra está sujeita a certos mitos e regras tradicionais, e a pratica da agricultura é obrigatória para quem pretende fixar residência nesta zona. O **Mito III** referente as areas ferteis a margem do rio Umbeluzi pressupõe a existência de uma autoridade espiritual,

que está geralmente relacionada com a autoridade local (família do regulo, curandeiros e conselheiros do régulo), que através de cerimónias tradicionais estabelecem a comunicação destes com os restantes membros da comunidade.

Actualmente a atribuição de terras para a agricultura e construção, observa algumas regras relacionadas com estes mitos, sendo necessário ao requerente pagar um tributo para que se efectue cerimónias, pedindo autorização a estes espíritos para o seu uso, independentemente desta ter sido passada ou não pelas autoridades oficiais, no caso concreto, o Conselho Executivo. A terra sofre ainda influencia das *Regras I, II, III e IV* (referenciadas pela totalidade da população) relacionadas com a proibição de se cultivar após um falecimento, ameaça de chuva e grandes ventanias, exigem por parte da comunidade um cumprimento integral destas, uma vez que as consequências do não cumprimento destas regras, recaem de forma geral sobre toda a comunidade.

5.4.2 Florestas

Os recursos florestais são geridos e manejados pela associação comunitária, através do projecto, usando para tal o plano de manejo elaborado pela DNFFB/FAO em 2000. Esta associação responde pelo manejo e fiscalização do Plano de Maneio, através de fiscais que controlam as matas, com vista a evitar o abate de arvores para a produção de carvão e não só. Seja qual for o uso das árvores existentes na área delimitada ao manejo comunitário, este necessita de uma autorização por parte da associação comunitária. No entanto o uso para fins domésticos é determinado pelas regras tradicionais locais vigentes. A Direcção Provincial de Floresta e Fauna Bravia (DPFFB), funciona como moderadora, monitorando o processo de manejo e conservação de todos os recursos florestais.

Como já foi mencionado existem mitos e regras tradicionais que de certa forma regulam o uso do recurso florestal: Os *Mitos IV e V* referem-se a interdição de uso das florestas sagradas de Mandlimbi e Mbilambi respectivamente. Estes sustentam-se no facto das almas (espíritos) que nela habitam, possuírem poderes sobrenaturais não permitirem a entrada de "estranhos", ou seja, individuos sem autorização da autoridade tradicional, sob pena destes ficarem presos até que se faça uma cerimónia tradicional. Para além desta condição existem outras restrições relacionadas com a tradição local:

- É proibida a entrada de mulheres, com excessão das pertencentes a família da autoridade tradicional e em casos extraordinários existem outras cerimónias feitas por curandeiros da região.
- É também proibida a entrada de crianças e de homens adultos não iniciados, que estejam doentes ou que não façam filhos.

No concernente a regra tradicionais a **Regra V**, referente a proibição do corte de fruteiras e plantas medicinais para qualquer que seja o fim sem a autorização das autoridades competentes, também influi no uso e exploração dos recursos florestais. As plantas, que são tradicionalmente proibidas o seu corte para a produção de lenha e carvão na localidade de Goba são apresentadas na tabela em **Anexo 4**. Como se podera observar, a maior parte destas espécies corresponde a fruteiras nativas com o principal destaque da *Sclerocarea birrea*, que serve de matéria prima para a produção de uma bebida alcoólica muito apreciada na região sul de Moçambique, o “Canhu”. Esta bebida é produzida nos primeiros meses do ano, à quando do amadurecimento do fruto da *Sclerocarea birrea*. Após confeccionada a primeira safra da bebida, esta deve ser levada a casa do regulo, onde se observa uma cerimonia tradicional, que abre “oficialmente” a época do consumo da referida bebida. É a autoridade tradicional que autoriza, que os frutos sejam recolhidos para a posterior fermentação, marcando com antecedência o dia da referida cerimonia, onde para alem da bebida, são levados outros produtos agrícolas. As restantes espécies cuja a utilidade não foi apresentada referem-se aos outros usos, como são os casos de fabrico de esculturas e utensílios domésticos..

A *Sclerocarea birrea*, assim como outras fruteiras, só poderam ser cortadas (abatidas) com a devida autorização das autoridades tradicionais locais, após a prova e certificação de que a referidas árvores não deram frutos durante os últimos 5 anos consecutivos. O não cumprimento desta norma, penaliza o infractor a pagar um tributo em dinheiro ou bens agrícolas estipulados pelo regulo. Há ainda a referir a proibição do corte da espécie *Strychnos usambarensis* de nome comum “Mpata Kossi”, cuja a sua madeira serve para fazer a bengala, que simboliza a autoridade do regulo. A pena atribuída ao infractor pode chegar até a expulsão da zona.

Estas regras tem grande influência na vegetação predominante de Goba, com uma distribuição por toda a região de *Strychnos spp* e de *Sclerocarea birrea* (Pereira, 2000), fruteiras, que pelo facto de serem proibidos o seu corte, apresentam uma distribuição quase que uniforme.

Em relação as plantas medicinais, apenas uma parte delas está interdita a sua colecta e uso por parte da população local, devido a sua escassez, limitando-se tal poder aos curandeiros ao serviço do regulo, ou ainda sob autorização da autoridade tradicional local.

A crença e o respeito por estes mitos propicia a sua preservação deste recurso oferecendo benefícios indirectos a comunidade tais como:

- Combate a erosão
- Sequestro de carbono
- Conservação dos recursos hídricos
- Conservação da biodiversidade, através do microclima no interior das florestas

Entretanto não se pode considerar que haja aqui uma conservação dos recursos florestais, uma vez que a conservação inclui também o uso de forma sustentável, e ainda pelo facto dos benefícios indirectos da conservação não serem do conhecimento da maioria da comunidade local. Pode-se então constatar que estes mitos e regras tradicionais têm como propósito o respeito pelos antepassados da autoridade local, e que a preservação dos recursos florestais existentes nesses locais é mera consequência do receio de uso por parte das comunidades, daí que na maioria dos casos esta “preservação” observar-se apenas nos locais sagrados.

5.4.3 Água

Goba tem actualmente em exploração industrial 3 fontes de água, estando a ser exploradas 2 delas por empresas privadas. Respondem directamente por estas a **DPA**, representados na região pelo Conselho Executivo. Neste caso concreto a associação comunitária surge apenas como órgão de consulta, mitigando assim o surgimento de conflitos.

Em relação as águas fluviais (rios, lagoas), não existe qualquer autoridade local, que se responsabilize pela gestão e manejo destes, mas há que referenciar a existência de uma

associação de pescadores (ainda que não reconhecida), que coordena as actividades de pesca no rio Umbeluzi.

A gestão e manejo é também influenciada por mitos (no caso concreto os *Mitos VII e VIII*, relativos a pertença de crocodilos por parte de alguns indivíduos e dos poderes mágicos da água da lagoa de Boteni respectivamente). Ambos mitos pressupõem que, seja qual for o uso destes dois recursos hídricos, necessita de uma autorização por parte dos espíritos que os controlam. Existem também regras tradicionais, como é o caso da *Regra VI* que proíbe a lavagem de utensílios domésticos no rio, o que de certa forma diminui o índice de poluição das águas do rio.

5.4.4 Fauna bravia

Os recursos de faunísticos são cada vez mais escassos na região de Goba devido a caça e perda de habitat relacionada com o abate intenso de árvores registado na década de 90 para a produção de carvão. Ainda assim os poucos animais que lá existem estão sob a responsabilidade da associação comunitária, que fiscaliza a área onde estes ocorrem mitigando assim o efeito da caça furtiva.

Tradicionalmente na região é proibido fazer armadilhas para caçar, assim como efectuar queimadas sem a devida autorização da autoridade tradicional. (*Regra VII*). De salientar que esta em curso um estudo da prática do ecoturismo nesta região, que irá pontencializar principalmente os recursos faunísticos. Tal como nos recursos florestais a **DPFFB** em Goba funciona como entidade moderadora.

5.2.5 Considerações gerais

Os mitos e regras tradicionais influenciam a gestão e manejo dos recursos naturais. De um modo geral estes condicionam o uso e exploração dos recursos, através da interdição de qualquer actividade nos locais sagrados. Garantem benefícios ecológicos como o sequestro de carbono, combate a erosão e tantos outros. Os exemplos das florestas sagradas de Mbilambe e Mandlimbe e da lagoa de Boteni mostram de modo elucidativo, que destes mitos e regras tradicionais contribuem para uma maior biodiversidade de recursos em Goba. Entretanto há alguns aspectos que levam a questionar o uso dos mitos e regras tradicionais como um modelo viável na gestão comunitária dos recursos:

- A “Conservação” só é feita nos locais ou áreas circunvizinhas donde se encontram os lugares sagrados, sendo as restantes áreas alvo de exploração desregrada (Pereira, 2000).
- Geralmente os mitos e regras tradicionais tem como principal objectivo a preservação dos locais sagrados, e a conservação dos recursos naturais existentes no local é mera consequência do respeito destes locais (sagrados) por parte da comunidade.
- Não é permitido, em caso algum, o uso de qualquer que seja o recurso nestes locais.
- Os benefícios ecológicos da interdição do uso (sequestro de carbono, manutenção de paisagens, etc...), não são do conhecimento da comunidade e na maioria dos casos a comunidade não chega a beneficiar-se dos dividendos que estes trazem ao País.

Pode claramente deduzir, que não estamos perante um MCRN “Padrão”, onde a comunhão do conhecimento científico e tradicional (impírico), resulta numa melhor gestão dos recursos, garantindo sobretudo o uso sustentável destes (Pereira, 2000). Exemplo disso é o facto da comunidade não se beneficiar destes recursos, nem mesmo em épocas de estiagem na região.

A outra teoria questionável, é a aplicabilidade ou não deste modelo de gestão para outras regiões (Jodha, 1992), uma vez que este modelo cobre apenas pequenas áreas (locais sagrados), para além de como já foi dito, não permitir o uso dos recursos por parte das comunidades. Na realidade a conservação é determinada pela distância e acessibilidade (estradas e condições topográficas) dos locais onde se encontram os recursos, em relação a zonas onde a comunidade habita (Soto, 2001).

5.3 Avaliação do nível de crença e cumprimento dos mitos e regras tradicionais

Inquiridos sobre, se acreditam ou não nos mitos e regras tradicionais e o seu funcionamento obteve-se os seguintes resultados nas **Tabela 9**. De acordo com a esta pode-se claramente observar, que a maioria da comunidade (90%) acredita nos mitos e regras tradicionais usados na localidade de Goba. Estes afirmam já ter vivido experiências negativas relacionadas com o não cumprimento destas normas, testemunhando os efeitos que esta tem sobre o infractor, desde doenças, até mesmo a morte tal como refere (Okot p’Bitek, 1998).

De salientar que apenas 20% dos inquiridos manifestou abertamente não crer, mas que ainda assim, respeitavam. A **tabela 9** mostra de modo elucidativo que a totalidade das mulheres acredita nos mitos e razões que ditam as regras tradicionais relacionadas com os recursos naturais (10 mulheres, corespondente a 100% das entrevistadas), enquanto que os homens 70% acredita e os restantes não acredita, ou tem duvidas.

A elevada percentagem de crença nestes mitos e regras por parte das mulheres entrevistadas pode-se explicar pela sua posição na sociedade tradicional, em que ela está sujeita a uma serie de normas, que regem o seu comportamento de submissão ao homem e a tradição local. Daí que elas são educadas segundo estas normas e leis e são responsáveis pela transmissão a outras gerações (Elaide, 1978).

Tabela 9. Número de individuos que acreditam nos mitos e regras tradicionais

Sexo		Total	Percentagem de respondentes (%)
Masculino	Número de respondentes	40	80
	Número dos que acreditam	35	70
	Número dos que não acreditam	5	10
Feminino	Numero de respondentes	10	20
	Número dos que acreditam	10	20
	Número dos que não acreditam	0	0
	Total de respondentes	50	100

Questionados sobre o cumprimento ou não das regras tradicionais, notou-se que a maior parte da comunidade cumpre-as (96%) uma vez são estas, que regem as demais práticas da comunidade de Goba, e que a sua infracção significava um isolamento ou mesmo a exclusão desta comunidade. Ainda assim a percentagem dos que se referiram não cumprir, revelaram respeitar, e que na maioria das vezes escondiam a sua opinião.

Tabela 10. Número de indivíduos que cumprem as regras tradicionais

Sexo		Total	Percentagem de respondentes (%)
Masculino	Número de respondentes	40	80
	Número dos que cumprem	38	76
	Número dos que não cumprem	2	4
Feminino	Numero de respondentes	10	20
	Número dos que cumprem	10	20
	Número dos que não cumprem	0	0
	Total de respondentes	50	100

Mais uma vez, a totalidade das mulheres repondeu que cumprem-as, enquanto que na parte masculina 76% dos inquiridos respondeu que cumprem,, sendo os restantes 24% dos homens referido que não cumprem. Este resultado pode não reflectir efectivamente o nível de crença da comunidade de Goba, uma vez que a amostragem foi tirada considerando os informantes chaves, que na sua maioria são pessoas de idade considerável, o que justifica de certa forma o grande nível de crença apresentado.

Entretanto o cumprimento das regras tradicionais por parte de todos os membros da comunidade, demonstra um conhecimento por parte destes, o que torna evidente que tanto estas regras os mitos têm uma grande influencia na sua vida social e económica.

5.6 Definição e controle das regras/normas tradicionais

É de comum consenso, que as regras/normas tradicionais que regem a comunidade de Goba terão sido definidas pelos antepassados, e que teriam passado de geração em geração através da tradição oral como mostra a **Tabela 11**.

Tabela 11. Definição das regras/normas tradicionais

Itens	Nº de respondentes	Percentagem (%)
Regulo / Autoridade tradicional	6	12,0
Comunidade	3	6,0
Antepassados	35	70,0
Projecto de Maneio comunitário	4	8,0
Outros	2	4,0
Total	50	100,0

70% dos entrevistados respondeu que as regras tradicionais teram sido definidas pelos antepassados, enquanto que 12% afirma que estes são definidos pela autoridade tradicional local, o que de certa forma significa a mesma coisa, pois alguns autores (Pijnenburg e Covene 2000) referem-se que a autoridade tradicional funciona como o elo de ligação entre a comunidade e os espíritos dos antepassados. Pode-se então constatar que esta não sofreu nenhuma alteração considerável, uma vez que o poder ou seja a autoridade tradicional, esteve sempre na mesma família. Ainda assim, foi possível constatar alguma contradição, o que concerne a explicação e justificação de algumas lendas, mitos, tabus e regras tradicionais.

A autoridade tradicional é responsável pelo controle e fiscalizava do cumprimento das normas/regras tradicionais. É também responsável pela aplicação da penalização aos infractores. A penalização dos infractores depende do nível da infracção e do conhecimento da norma por parte do infractor. Na maioria dos casos, este consiste num tributado em forma de produtos agrícolas, animais domésticos ou dinheiro. O regulo, como autoridade máxima, tem a função de deliberar, junto com o Concelho de anciãos (conselheiros do regulo) e membros da sua família, sobre toda a qualquer duvida ou ma interpretação das normas tradicionais.

Goba tem a particularidade de ter em funcionamento um projecto de MCRN, no qual a autoridade tradicional tem papel preponderante, tomando parte activa nas reuniões do Concelho de direcção do projecto, onde o regulo tem assento permanente, o que de certo modo torna maior o poder deste.

A autoridade tradicional é responsável pelo controle e fiscalizava do cumprimento das normas/regras tradicionais. É também responsável pela aplicação da penalização aos infractores. A penalização dos infractores depende do nível da infracção e do conhecimento da norma por parte do infractor. Na maioria dos casos, este consiste num tributado em forma de produtos agrícolas, animais domésticos ou dinheiro. O regulo, como autoridade máxima, tem a função de deliberar, junto com o Concelho de anciãos (conselheiros do regulo) e membros da sua família, sobre toda a qualquer dúvida ou má interpretação das normas tradicionais.

Goba tem a particularidade de ter em funcionamento um projecto de MCRN, no qual a autoridade tradicional tem papel preponderante, tomando parte activa nas reuniões do Concelho de direcção do projecto, onde o regulo tem assento permanente, o que de certo modo torna maior o poder deste.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

Após o apuramento e análise dos resultados chegou-se as seguintes conclusões:

- Os mais importantes recursos naturais de Goba são a água, terra e florestas. Pois a água constitui a base para que a flora e fauna, animais domésticos e culturas possam viver assim como o homem e as suas necessidades, enquanto que a importância da terra e florestas devem-se ao facto da população de Goba ser maioritariamente camponesa (uso da terra) e usar os recursos florestais para a produção de carvão, construção e medicina
- Os mitos e regras tradicionais estão intimamente ligados ao quotidiano socio-económico das populações fornecendo modelos que definem e regulam instituições como o casamento, a religião, e actividades como a agricultura, pesca e caça.
- Os diversos mitos e regras tradicionais tem um maior impacto no recurso terra, com regras que definem o uso desta para a agricultura e construção, o no recurso florestal, através da proibição do corte das fruteiras nativas e plantas medicinais, o propicia a esta região uma vegetação característica com uma distribuição por toda a região de *Strychnos spp* e de *Sclerocarea birrea*, e ainda a proibição de queimadas descontroladas..
- A maior parte da população da comunidade de Goba (90%) acredita nos mitos e regras tradicionais alegando ter vivido ou testemunhado os efeitos tanto positivos, assim com negativos da infracção destas. Contudo, a “totalidade” (98%) dos residentes desta região cumprem-nas, uma vez ser uma das condições para a convivência em comunidade.
- Os mitos e regras tradicionais que regem a comunidade de Goba, terão sido definidas pelos antepassados, que teriam passado de geração em geração através da tradição, cabendo a autoridade tradicional, no caso concreto o Regulo velar pelo cumprimento destas por parte da comunidade.
- Em relação ao manejo e conservação dos recursos, a maioria dos mitos e regras tradicionais remetem-nos para uma situação de proibição (interdição) do uso dos recursos, o que em termos práticos não corresponde ao conceito actual de conservação,

que prevê o uso (ainda que sustentável) dos recursos, o que leva-nos a concluir que estamos perante uma situação de preservação.

- O Maneio e gestão dos recursos naturais com base nos mitos e regras tradicionais não poder ser extrapolada para outras regiões, pois ela na verdade tem como objectivo preservar os locais sagrados das autoridades locais. Outro senão é o facto de a preservação abranger apenas pequenas áreas e não prever o uso dos recursos preservados mesmo em épocas de estiagem.

6.2 Recomendações

A relação e documentação dos mitos, lendas, tabus e regras tradicionais de Goba, poderia facilitar o conhecimento e entendimento do comportamento social e económico desta comunidade, facilitando o processo de tomada de decisão, favorecendo o sucesso de eventuais projectos na área de desenvolvimento rural. Por sua vez a cultura de uma região (mitos, regras tradicionais, rituais, etc.) goza de um inesgotável manancial, pelo que seria impossível abranger todos os ângulos de análise, pelo que recomenda-se mais estudos do género, para o enriquecimento dos conhecimentos que possibilitam um manejo comunitário exemplar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnold, J. E. M., 1998, *Managing forest as common property*, FAO Forestry, Paper 136, OID, FTTP, FAO, Rome, Italy
- Bassel, A. 2002, "Projecto de apoio à comunidade de Goba (Moçambique)", Fevereiro, ADAP (Associação para o Desenvolvimento das Áreas Protegidas), 77pp.
- Brower, R. 1998, "Gestão comunitária dos recursos naturais, *crise eminente ou beco sem saída?* Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais". Memórias da I Conferência sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, DNFFB/FAO/IUCN, Maputo, 214-216pp.
- Chaposso, 1999, "Zonas de corte para o abastecimento de carvão a cidade de Maputo", UEM/FAEF, 33pp.
- Dava *et al*, 2003, "A participação das autoridades comunitárias na governação local". Coleção embondeiro, 23/ARPAC, Maputo, 62pp.
- Da Silva, O. 2001, "Avaliação do processo de delimitação de áreas de Maneio Comunitárias. Casos de Goba e Mahel". Tese de Licenciatura, UEM, Maputo, 99pp.
- DNE/UEM, 1997, "Planeamento integrado nacional de energia domestica – relatório síntese, Ministério dos recursos minerais e energia.
- Eliade, M. (2000). "Aspectos do mito". Lisboa: Dom Quixote, Lisboa 135pp
- Filimão, Esteves, 1998, "O significado do carvão nas estratégias de sobrevivência e rendimento: O caso de Goba", UCM/DNFFB, 9pp.
- INE, 1999, "II recenseamento geral da população e habitação – resultados definitivos: Província de Maputo", 100pp.
- Jodha, William, 1992, "Manejo Participativo dos recursos Naturais, estudo de caso no Rio Grande do sul", OASIS, Rio de Janeiro.
- Macucule, A. 2006, "Introdução à gestão participativa dos recursos naturais", DNFFB, 81pp.
- Mafalacusser, Marques e Vilanculos, 1999, "Zoneamento de recurso da terra da comunidade de Goba", Departamento de terra e agua, INIA, 39pp.
- Magane S., 1999, "Plano de fauna bravia para a área comunitária de Goba – versão preliminar", UMC

- Martinez, F. L. (1997), "Religiões africanas hoje", Seminário filosófico Inter diocesano: Matola, 169pp
- Massango, H. & Filimão, 2002, "Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais" – Memórias da II Conferência sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais.
- Matakala, P.W, Macucule,A, 1998, "Alguns métodos de amostragem e diagnóstico participativo rural (PRA) para uso em pesquisas e estudos de manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN)", FAO, pp
- Matakala, P. 1998, "Guião para trabalhadores de campo e investigadores em manejo florestal comunitário", nota técnica nº 1, FAO/DNFFB/Maputo, 10pp.
- Matakala, P, 2001, "Curso sobre métodos qualitativos de investigação em Maneio comunitário de recursos naturais", Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET.CEF. Marracuene. Maputo, 98pp.
- Mushove, P. 2001, "Organização de comunidades nos programas de Maneio Comunitário de Recursos Naturais".
- Mushove, P. 1999, "Avaliação participativa dos recursos Naturais", Nota Técnica nº4, Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, UMC/DNFFB, Maputo
- Nhantumbo, I; Mabunda, R. 2000, "O desafio do manejo dos recursos naturais", FTTP— Moçambique, UEM/FAEF/DEF, Maputo, 18pp.
- Salomão, A. 2001, "Descentralização na gestão de recursos naturais aspectos legais e institucionais", II Conferencia Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais IUCN/DNFFB/FAO, Maputo, 130p.
- Soto, J. 2001, "A community and socio-economic development planning approach, A case study of Goba area, Maputo – Mozambique, University of Stellenbosch
- Pereira C *et al*, 1998, "Calculo da produção sustentada de carvão em Goba", UEM/DEF
- Pijnenburg, B. & Cavane, E. 2000, "Métodos e técnicas de investigação sócio-económica", FAEF/UEM, Maputo, 78pp.
- Viegas, F. A. 2004, "As dinâmicas das organizações comunitárias de base no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais". Memórias da III conferência de Maneio Comunitário de Recursos Naturais, MADER/DNFFB, 15p

8. ANEXOS

Anexo 1: Guião das entrevistas

Ficha n* _____

I. Dados pessoais

1. Local
 2. Data
 3. Nome
 4. Sexo M() F()
 5. Idade
 - 18-24 anos () 1
 - 25-34 anos () 2
 - 35-44 anos () 3
 - 45-54 anos () 4
 - 55-64 anos () 5
 - 65-74 anos () 6
 - 75-80 anos () 7
 - +80 anos () 8
 4. Posição na família
 - a) Esposo ()
 - b) Esposa ()
 - c) Filho ()
 - d) Outra ()
- É natural desta região?

Sim () Não ()

5. Caso não, de onde provêm?
6. Posição que ocupa na comunidade.

- a) Líder comunitário ()
- b) Regulo ()
- c) Fumos ()
- d) Outros ()

II. Recursos Naturais

1. Quais são os principais recursos naturais existentes nesta região?
2. Dos recursos (água, flora, fauna, solos e pedra), quais são os mais usados?

I -

II -

III -

3. Porque estes recursos, e não outros?
4. Como é feita a exploração destes recursos?
5. Quais são os principais usos destes recursos?

Recurso I -

Recurso II -

Recurso III -

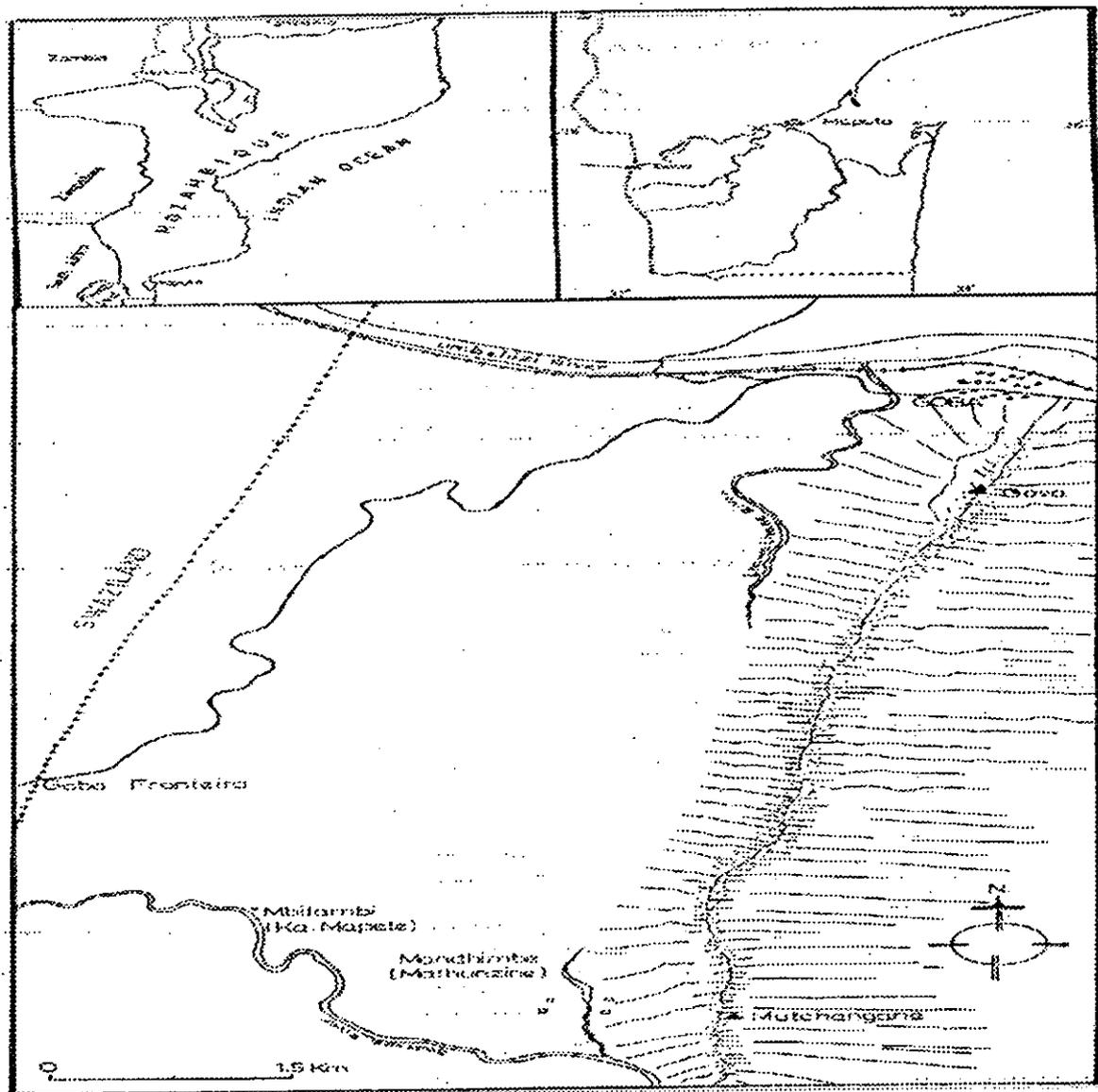
6. A que distancia se encontram da comunidade e quais as condições de acesso?
7. Como é feita a gestão destes recursos?
8. Quem são os principais utilizadores dos recursos (externos ou locais)?
 - 8.1 Destes, quem são os que mais usa? Porquê?
9. Quais são os principais constrangimentos no uso dos recursos naturais?

10. De um modo geral, quais são as normas (tradicionais ou oficiais), que regulam o uso dos recursos naturais?
11. Como avalia o cumprimento destas normas?
12. Está satisfeito com estas normas?
 - 12.1. Porquê?
13. a sua opinião qual deve ser o papel das autoridades tradicionais na gestão dos recursos naturais?
14. E em termos práticos, qual tem sido o seu papel?
15. Em termos de conservação e preservação dos recursos, o que é que tem sido feito na prática?

III. Mitos, e regras tradicionais

1. Quais são as principais *regras tradicionais* existentes aqui em Goba?
 - 1.1 Das *regras tradicionais*, quais são as que estão relacionadas com os recursos naturais?
 - 1.2. Como é que estas influenciam na exploração, uso e consumo dos recursos naturais?
2. Quais são os principais *tabus* usados na comunidade?
 - 2.1 Dos *tabus*, quais são as que estão relacionadas com os recursos naturais?
 - 2.2 Como é que estes influenciam na exploração, uso e consumo dos recursos naturais?
3. Quais as principais *e mitos* que fazem parte da história da Comunidade?
 - 3.1 Quais os *mitos* relacionados com os recursos naturais?
 - 3.2 Como é que estas influenciam na exploração, uso e consumo dos recursos naturais?
4. Quem define estas regras/normas tradicionais?
 - 4.1 No caso de infracção destas normas, o que é feito ao infractor?
 - 4.2 Quem é responsável pelo controle e como este é feito?
5. Diga, se acredita ou não nas *regras tradicionais e mitos*?
6. Porquê?
7. Estas regras e mitos ajudam ou prejudicam a conservação e protecção dos recursos naturais?

Anexo 2: Mapa de localização de Goba



Anexo 3. Regras tradicionais relacionados com a vida social da Comunidade.

- As crianças, assim como as mulheres em estado de gravidez não devem em caso algum alimentar-se de ovo, sob o risco de tornarem-se ladrões no caso das crianças e de gerarem crianças sem cabelo, ou ainda terem dificuldades de varia ordem durante o parto, comportando-se com “galinhas poedeiras”, isso no caso de serem mulheres grávidas a alimentarem-se de ovos.
- As crianças, assim como as mulheres grávidas ou recém parturientes estão impedidas ao cemitério, pois se forem incorrem ao risco de contrair doenças tais como a tuberculose.
- As mulheres, seja qual for a sua faixa etária, não poderá consumir alimentos confeccionados a partir de uma mistura de sangue e outros produtos alimentícios ou ainda que contenham as vísceras de qualquer animal, sob o risco de perderem muito sangue durante o período menstrual.
- Os homens de forma alguma devem alimentar-se directamente na panela, sob o risco de chover no seu casamento.
- Quando os membros da comunidade voltam do cemitério, deveram lavar as mãos, pois caso contrário correm o risco de contrair tuberculose.

Anexo 4. Espécies vegetais cujo o seu corte para a produção de lenha e carvão

Nome comum/vulgar	Uso/utilidade	Nome científico
Benduca		<i>Vitex harveana</i>
Canhu	Fruteira	<i>Sclerocarya birrea</i>
Changulo	Medicinal	<i>Euclea Natalensis</i>
Chineana		<i>Erythroxylun emarginatum</i>
Chicutse		<i>Combretum molle</i>
Chimangana		<i>Sesamum sp.</i>
Chithlangua	Fruteira/medicinal	<i>Maytenis senegalensis</i>
Mondzo	Medicinal	<i>Combretum imberbe</i>
Kua		<i>Ficus sp.</i>
Mpata Kosi	Medicinal	<i>Strychnos usambarensis</i>
Ncalho		<i>Tabernaemontana elegans</i>
Ncuacua	Fruteira	<i>Strychnos madagascariensis</i>
Nsala	Fruteira	<i>Strychnos Spinosa</i>
Pfilwa	Fruteira	<i>Vangueria Infausta</i>
Tsole		<i>Mimosops caffra</i>
Xitsalala		<i>Gardenis Volkensis</i>